



CÂMARA MUNICIPAL DE PIEDADE

Rua Eurico Cerqueira Cesar, 160 – Centro

CEP: 18.170-000 – PIEDADE – SP

Fone/Fax: (15) 3244-1377/2933 contato@piedade.sp.leg.br

Setor de Contabilidade

Processo: nº 7795/2021

Projeto de Lei nº: 55/2021

Autor: Prefeito Municipal

Assunto: Estima receita e fixa despesa do Município de Piedade para o exercício de 2022.

PARECER

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA / 2022

1 – INTRODUÇÃO

Trata-se do Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, que “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020” para o Município de Piedade.

O Poder Executivo estimou o Orçamento Geral do Município de Piedade, para o exercício financeiro de 2022 incluindo o Poder Legislativo em R\$ 168.430.000,00 (Cento e sessenta e oito milhões, quatrocentos e trinta mil reais), discriminados nos respectivos anexos que acompanham e integram este projeto de lei, sendo analisados por este departamento os critérios da legislação em vigor sobre a matéria.

2 – ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS

SAÚDE, EDUCAÇÃO, RESERVA DE CONTINGÊNCIA E CRÉDITOS ADICIONAIS

Foram respeitadas as legislações em vigor quanto às aplicações referentes à área de **Saúde** (15%), sendo, porém, contemplados valores muito acima dos respectivos índices, alcançando um volume orçamentário de R\$ 42.881.950,00.

Da mesma forma, a área de **Educação** (25%) no valor de R\$ 62.680.500,00

Sobre a **Reserva de Contingência** no valor de R\$ 3.348.000,00, reservado para pagamentos imprevistos e inesperados conforme rege o art. 5º da lei complementar 101/00.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIEDADE

Rua Eurico Cerqueira Cesar, 160 – Centro

CEP: 18.170-000 – PIEDADE – SP

Fone/Fax: (15) 3244-1377/2933 contato@piedade.sp.leg.br

Setor de Contabilidade

Fica autorizado o Poder Executivo abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% do orçamento das despesas, conforme rege o art. 7º da lei nº 4.320/64.

OUTROS

A despesa total com pessoal orçada está em 41,43% da receita corrente líquida, portanto dentro do limite conforme rege o art. 19º da lei complementar 101/00

Operações de crédito previstas no valor de R\$ 0,00, cumprindo os limites e condições fixados pelo Senado Federal.

A elaboração e estrutura da Lei do orçamento estão compatíveis com o artigo 5º da Lei Complementar 101/00 e artigos 2º - 7º, 15º e 22º da lei nº 4.320/64.

CONCLUSÃO

Após análise dos aspectos referentes ao processo opinado pela viabilidade contábil, financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 55/2021. O mesmo está em conformidade com a legislação vigente.

É o que se apresenta para o momento.

Piedade, 14 de outubro de 2021.

Dênis Pinheiro Lopes
Contador Legislativo